



## **ANTIGUIDADE TARDIA E ENSINO DE HISTÓRIA: REPENSANDO O TEMPO A PARTIR DE UM CONCEITO**

Neles Maia da Silva<sup>1</sup>

### **Resumo**

O artigo pretende discutir e refletir sobre a categoria tempo, como sendo umas das primordiais para o Ensino de História, a partir do conceito de Antiguidade Tardia. Tal perspectiva se apresenta como uma maneira diferenciada de tratar os processos cíclicos do tempo na História Política Tradicional, buscando repensar os processos de rupturas, permanências e as transformações que estão para além das datas e grandes fatos. Assim, a Antiguidade Tardia possibilita o entendimento do tempo como algo que transcende o mero declinar e surgir das eras, pois aponta diferentes níveis de transformações e renovações.

**Palavras-chave:** Antiguidade Tardia. Ensino de História. Tempo.

### **Introdução: O conceito de tempo e o Ensino de História**

Existem algumas categorias que são fundamentais para a relação ensino-aprendizagem no campo da História. Uma delas, sem dúvida é o tempo, que “considerado em sua dimensão cronológica, continua sendo a medida utilizada para explicar a trajetória da humanidade”<sup>2</sup>. Elza Nadai e Circe Bittencourt afirmam ser essa categoria uma das mais complexas e problemáticas para o Ensino de História, pois existem alguns alunos em faixas etárias com os quais, segundo alguns estudiosos, não seria possível trabalhar o conceito de tempo histórico<sup>3</sup>. As autoras assinalam para existência de certa “resistência” que tais estudiosos têm quando se trata de alguns conceitos abstratos em séries iniciais, ou mesmo para as finais do nível fundamental, por exemplo. Acontece que essa resistência levou o Ensino de História, ou melhor, a ausência deste ensino, a ter problemas, já que nas séries

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal do Pará. E-mail: nelesmaia@hotmail.com.

<sup>2</sup> BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 39.

<sup>3</sup> NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime (Org.) *O Ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 94.

iniciais são os estudos sociais que compunham e ainda compõem os currículos em algumas escolas, ficando o conhecimento histórico para as séries finais do fundamental maior e para o Ensino Médio.

No entanto, alguns problemas advêm dessa característica da Educação Básica que evita ou anula o conhecimento histórico nas séries fundamentais. Certamente nossa sugestão não é a defesa de um ensino da categoria tempo em suas formas mais teóricas e abstratas para esses níveis de ensino, mas a ausência do conceito gera uma concepção de tempo “imutável” e “dogmático”, dissociando-se assim, as figuras heroicas da história de seus contextos e gerando concepções de tempo e de história problemáticas<sup>4</sup>. Assim nosso posicionamento é que o tempo pode e deve ser uma categoria que, juntamente com o Ensino de História no geral, contribua para a construção de conhecimento com alunos ao longo de toda a Educação Básica.

Na Introdução do livro de Philippe Ariès, *O Tempo da História*<sup>5</sup>, Roger Chartier afirma que: “as sociedades ou as mentalidades antigas podem ser apreendidas em sua singularidade, sem projeção anacrônica das maneiras de pensar ou de agir próprias de nosso tempo; e, em troca, a história pode ajudar cada uma compreender por que o presente é o que é”<sup>6</sup>. O autor aponta no mínimo duas questões interessantes para refletirmos. Primeiro, a ideia de anacronismo, que como se sabe deve ser evitado na interpretação dos processos históricos. Cometer anacronismo significa fazer um juízo de valor a uma determinada temporalidade passada com o olhar do presente. Por exemplo, empregar um conceito, que possui uma historicidade no presente, a um processo histórico que se deu na Antiguidade seria uma interpretação anacrônica.

Segunda questão interessante é o caráter da história em propiciar um conhecimento pautado na noção de tempo histórico. Tal perspectiva apresenta uma oposição clara ao imediatismo e a esse presente contínuo de que fala Hobsbawm<sup>7</sup>. Isso significa que a compreensão do tempo propicia aos alunos o entendimento de que o mundo não nasceu ontem, que a vida destes e a sociedade como um todo estão do jeito que estão por sucessivos processos históricos que são complexos e multifacetados. O conceito de Antiguidade Tardia, como sendo uma das reinterpretações da divisão clássica do tempo na história pode exemplificar outras maneiras de trabalhar a categoria tempo em sala de aula.

---

<sup>4</sup> Idem Ibidem, p. 93.

<sup>5</sup> ARIÈS, Phillipe. *O Tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

<sup>6</sup> CHARTIER, Roger. A Amizade da História. In: ARIÈS, Philippe. *O tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 13.

<sup>7</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.

## Fim da Antiguidade ou Antiguidade Tardia?

[...] devemos ver a Antiguidade Tardia com identidade própria, herdeira por certo, da tradição clássica greco-latina, distanciando-nos da tradicional e anacrônica ideia de ser caracterizada como um período de “decadência” e “ruína” frente ao “civilizado” mundo clássico<sup>8</sup>.

As discussões a respeito das temporalidades em história estão relacionadas às diversas concepções historiográficas que os historiadores têm criado no decorrer do tempo. As grandes divisões que a historiografia alemã (com Leopold Von Ranke) ou o “quadripartismo” do qual fala Chesneau sobre a historiografia francesa<sup>9</sup>, exemplificam a história dividida em blocos onde o tempo é cíclico, ou seja, onde os fatos grandiosos delimitam um constante e repetitivo movimento de gênese, apogeu, crise e passagem de uma Idade para a outra, demarcadas por acontecimentos notáveis. O exemplo que nos ateremos aqui é da “passagem” da Antiguidade para a Idade Média.

A historiografia tradicional elegeu a queda do Império Romano em 476 d. C, como sendo o marco oficial da passagem de uma temporalidade Antiga para uma chamada de Idade Média. O historiador Hilário Franco Junior em seu livro *Idade Média: o nascimento do Ocidente*, afirma que na verdade essas construções historiográficas são necessidades que os estudiosos tiveram de recortar e classificar os períodos para facilitar o entendimento do tempo, e mais que isso, o recorte e a classificação significam que os interesses e as próprias concepções que os estudiosos da época moderna tinham sobre os períodos anteriores, sendo a Antiguidade um período clássico, de extrema produção intelectual com os gregos e romanos e a Idade Média um período onde imperou a teologia e a razão fora silenciada<sup>10</sup>.

A questão é que essa concepção e divisão do tempo são baseadas na “historiografia política tradicional”<sup>11</sup>, onde os fatos políticos ganham ênfase e destaque a ponto de ser o marco tanto inicial quanto final de uma temporalidade e pontos de gênese e decadência de um período. Certamente tal concepção e divisão atualmente são bastante contestadas e são apontadas como tendo inúmeras inconsistências, dentre elas o fator que determina a história aos fatos políticos como o “carro-chefe” das divisões no tempo. Vários artigos e

<sup>8</sup> FRIGHETTO, Renan. *Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental*. 1ª Edição (2000) 5ª Reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012. Será usado o “a” nessa referência para que se diferencie de outro livro (no qual usaremos o “b”) deste mesmo autor, lançado no mesmo ano (2012).

<sup>9</sup> SILVA, U. G. Antiguidade Tardia como forma da história. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, vol. 16, n. 30, p. 80, dez. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18927>. Acesso em 08 de janeiro de 2014.

<sup>10</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 9-12.

<sup>11</sup> FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 98.

obras têm sido publicados desde o início do século XX, especialmente após a chamada “revolução francesa da historiografia” e a nova história com os *Annales*<sup>12</sup>, que expandiu o campo de análise da história e deu novas perspectivas através de outros documentos, abordagens, objetos e correntes filosóficas. Aliás, apesar das críticas que os estudos historiográficos mais atuais têm inferido sobre a historiografia dos *Annales*, sobretudo em relação à perspectiva de longa duração inaugurada por Fernand Braudel em sua *História e Ciências Sociais*, segundo a qual o tempo não era compreendido de forma tão estanque como propunha essa historiografia tradicional, mas que o mesmo era mais complexo, gradativo e passível de mudanças que variavam de acordo com os elementos que se queria analisar<sup>13</sup>, essa perspectiva tem sido rediscutida e refletida por diversos autores, com os quais dialogaremos em nossa análise.

Sendo assim, com as construções, desconstruções e reconstruções empreendidas por uma historiografia posterior a escola dos *Annales*, que considera e torna mais complexo o entendimento do tempo, alguns historiadores passaram a questionar essa divisão e a problematizarem se a famosa queda do Império Romano estudada pelo clássico Edward Gibbon e se seus conceitos de decadência e declínio seriam a forma de análise mais consistente para entender essa “passagem” de contexto ao outro<sup>14</sup>. Por isso nossa indagação: Fim da Antiguidade ou Antiguidade Tardia? Ou seja, o fato da queda interrompeu um período histórico rompendo duas grandes eras ou houve continuidades e mudanças que foram muito mais gradativas do que abruptas?

O maior expoente na atualidade em se tratando de Antiguidade Tardia é o historiador irlandês Peter Brown, que publicou inúmeras obras tratando desse conceito do qual não foi o criador, porém foi quem mais o difundiu segundo um artigo de Verônica da Costa Silveira intitulado *Reflexões sobre o conceito de “Antiguidade Tardia”* publicado na ANPUH em 2011 ao citar Cândido da Silva<sup>15</sup>. Aliás, esse é apenas um dentre os vários artigos que foram publicados entre os historiadores brasileiros, especialistas nesse contexto, pois é um conceito que está sendo bastante discutido atualmente.

Brown em um capítulo chamado de “Antiguidade Tardia” da coleção *História da Vida Privada. Do Império Romano ao Ano Mil*, dirigida pelos historiadores Georges Duby e Philippe Ariès (este volume foi organizado por Paul Veyne) trata da temática com

<sup>12</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales* (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

<sup>13</sup> BRAUDEL, Fernand. A Longa duração In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1982. p. 7-39.

<sup>14</sup> GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>15</sup> SILVEIRA, Verônica da Costa. Reflexões sobre o conceito de “Antiguidade Tardia”. In: XXVI Simpósio Nacional da ANPUH: ANPUH: 50 anos, São Paulo, 2011, p. 3. *Anais*. São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300808380\\_ARQUIVO\\_1\\_silveira\\_reflexoes\\_sobre\\_o\\_conceito\\_de\\_antiguidade\\_tardia\\_anpuh\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300808380_ARQUIVO_1_silveira_reflexoes_sobre_o_conceito_de_antiguidade_tardia_anpuh_2011.pdf). Acesso em 09 de janeiro de 2014.

bastante cautela e propriedade. Neste capítulo o autor analisa as mudanças mais significativas que ocorreram nesse contexto no mundo ocidental, relacionando as questões do público ao privado nessa temporalidade e enfatizando que as permanências estão tão presentes quanto às rupturas no mundo tardo-romano<sup>16</sup>.

No entanto, o consenso da Antiguidade Tardia não é tão uníssono assim. A começar pela própria temporalidade que este conceito abrange, diferindo de autor para autor. Para Brown, na obra que citamos, o período vai desde Marco Aurélio (161-180) até Justiniano (527-565)<sup>17</sup>, ou seja, do século II a meados do século VI. Já o historiador brasileiro Renan Frighetto em sua obra *Antiguidade Tardia. Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Sécs. II ao VIII)* estende esse período um pouco mais até a coroação de Carlos Magno em 800 d. C.<sup>18</sup>. Outros autores ampliam mais ainda definindo períodos até os séculos IX ou mesmo XI<sup>19</sup>. Portanto, essa divisão é questão de escolha e de que elementos estão sendo levados em consideração na pesquisa e não uma receita pronta. Aliás, dentre as contribuições que as problematizações e os questionamentos que o conceito de Antiguidade Tardia trouxe fora de não delimitar datas e fatos como marcos de passagem de um período a outro, mas que existem variações de acordo com o lugar, os acontecimentos, a cultura e, sobretudo, quando se coloca outras perspectivas que saíam do âmbito do conceito de queda e declínio do Império Romano.

A questão da generalização espacial também possui suas disparidades. Por exemplo, as mesmas conjunturas políticas, sociais, culturais e econômicas se davam na parte oriental e ocidental do Império? E dentro de cada uma destas se davam ainda em homogeneidade? Frighetto afirma que “existem, portanto, diferentes entendimentos sobre a própria ideia de Antiguidade Tardia quando focamos nas partes oriental e ocidental do mundo imperial romano”<sup>20</sup>. Nada mais significativo do que citar a própria perda do poder administrativo que o Ocidente teve no século V, com a queda do último imperador romano Rômulo Augusto, em detrimento da permanência do poder na parte oriental do Império<sup>21</sup>. Além disso, as disparidades e especificidades que existiam entre o Ocidente latino e o Oriente grego estavam para além dos fatores político-administrativos, sobretudo depois

<sup>16</sup> BROWN, Peter. Antiguidade Tardia In: VEYNE, Paul (Org.). *História da Vida Privada I. Do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 213-287.

<sup>17</sup> Idem, *Ibidem*, p. 214.

<sup>18</sup> FRIGHETTO, op. cit.

<sup>19</sup> FRIGHETTO, Renan. Estruturas Sociais na Antiguidade Tardia Ocidental (Séculos IV/VIII). In: SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco. *Repensando o Império Romano*. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, p. 224.

<sup>20</sup> FRIGHETTO, op. cit. p. 24

<sup>21</sup> ANGOLD, Michael. *Bizâncio: A ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

das ações de imperadores como Diocleciano, Constantino e Teodósio, como afirma Frighetto:

“[...] a divisão da autoridade imperial romana proposta por Diocleciano aprofundou, de forma irreversível, a divisão entre as partes oriental e ocidental do mundo romano, distanciada tanto pelos vínculos, a tradição cultural grega e a latina, respectivamente, como também pela dicotomia econômica onde os territórios orientais ganhavam enorme projeção em relação aos seus congêneres ocidentais, e pela percepção duma integração política mais efetiva no Oriente Romano”<sup>22</sup>.

Frighetto sob uma perspectiva que se baseia no poder e nas questões políticas ao fazer relação entre monarquias bárbaras e os imperadores romanos antes destas, acaba por estender o seu conceito de Antiguidade Tardia para o contexto de Carlos Magno como afirmamos. Apesar disso, o autor não se restringe a um engessamento cronológico de datas iniciais e finais que demarcariam os períodos até porque para ele isto seria bastante complicado. Sua posição ao adotar esse conceito está na proposta inaugurada pela já mencionada historiografia alemã e por estudos arqueológicos que puderam perceber uma renovação e ressignificação da cultura e do pensamento clássico helenístico que ocorrera a partir do século II, o que conferiu o caráter tardio desta Antiguidade com suas permanências ao invés de uma simples ruptura abrupta<sup>23</sup>.

Porém a crítica mais contundente que levou ao desenvolvimento desta historiografia tardo-romana é aos conceitos empregados pela historiografia tradicional sobre o fim do Império Romano e da Antiguidade com ele, ou seja, as noções de crise, declínio, queda e decadência. A obra de Edward Gibbon, *Declínio e queda do Império Romano*<sup>24</sup>, é o estudo mais conhecido que apresenta essa abordagem. Sendo assim, esta perspectiva indica que o contexto do século V fora marcado pela derrocada de uma civilização, de um Império que sucumbiu às invasões bárbaras e também se implodiu por problemas internos, mas que principalmente demarcara o declínio, a ruptura de duas grandes eras – a Antiguidade e a Idade Média. Essa questão fora considerada por André Piganiol um dos assuntos mais estudados da Idade Moderna com 210 teses diferenciadas sobre esse assunto da queda do Império Romano e fim do mundo antigo<sup>25</sup>.

A questão fora problematizada também pelos historiadores brasileiros, sendo que dialogamos com alguns dos que trabalham com esse período: o já mencionado Renan

<sup>22</sup> FRIGHETTO, op. cit. p. 94.

<sup>23</sup> Idem, Ibidem, p. 20.

<sup>24</sup> GIBBON, Op. Cit. 2005.

<sup>25</sup> CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. Entre a “Antiguidade Tardia” e a “Alta Idade Média”. In: *Revista Diálogos*, Maringá, v. 12, n. 2/3, p. 58, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526872004>. Acesso em: 02 de janeiro de 2014.



Frighetto, que analisa esse contexto sob a ótica do poder, da cultura e das transformações políticas; Gilvan Ventura, que foca mais nos estudos relacionados às mudanças urbanas e culturais, sobretudo no seio do cristianismo em fins do século IV; Marcus Cruz, que analisa, sobretudo, as questões relacionadas à identidade cristã e a Igreja como representação maior desse ser cristão e Claudio Umpierre Carlan e seus estudos envolvendo história e a numismática abordando as transformações políticas do referido período. Certamente que tais apontamentos dos trabalhos desses historiadores não são tão simples, pois suas produções têm sido bastante significativas e são as referências em se tratando dos estudos acerca de tal contexto. Mas dialogaremos com cada um deles mais adiante.

Portanto, nosso posicionamento no debate historiográfico que se estabeleceu até então, é baseado no entendimento de que existem rupturas na passagem de um contexto a outro, pois não se pode negar o fato de que um imenso e poderoso Império ruiu e caiu<sup>26</sup>, entretanto também entendemos que existem inúmeras permanências, que se caracterizam em mudanças gradativas e lentas de acordo com o seu caráter, se é econômico, político, cultural e etc. Aliás, se analisarmos outra contribuição bastante significativa que esse conceito de Antiguidade Tardia nos trouxe fora esse caráter complexo, que não determina e simplifica o período, de forma que se pode perceber resquícios da antiguidade clássica e elementos medievais nesse contexto. Sendo assim, é preferível compreender tal contexto como um entrelaçar de períodos, onde as rupturas, permanências, mudanças, continuidades e as transformações são fatores mais importantes e não uma divisão historiográfica estanque e simplista.

A partir disso, o conceito mais significativo que podemos perceber no contexto da Antiguidade Tardia é o de *transformação* ou de *renovação*, que refuta os de declínio, queda, crise e ruína, pois apresenta as permanências e ressignificações como possibilidades que o mundo tardo antigo desenvolveu sobre os resquícios do mundo clássico e os já aparentes do mundo medieval<sup>27</sup> (FRIGHETTO, 2012a, p. 23). Em nosso entendimento, os dois extremos são inconsistentes e em concordância com Frighetto, não podemos deixar de acatar um ou outro argumento, pois o próprio conceito de Antiguidade Tardia já achou críticos e para nós tanto rupturas quanto permanências não podem deixar de ser encontradas neste contexto tão extenso e complexo.

Nesse sentido, um exemplo claro que podemos retomar é o próprio fato da queda político-administrativa do Império Romano, que se efetivou em parte, ou seja, do lado

---

<sup>26</sup>Aqui vale relembrar a observação de que essa queda se deu na parte ocidental do Império Romano, pois a parte Oriental resistiu por longo período até a baixa Idade Média com a queda de Constantinopla. Ver ANGOLD, op. cit. 87-105.

<sup>27</sup> FRIGHETTO, op. cit. p. 23.

ocidental e, mesmo assim não significou a ruptura abrupta das relações culturais, cotidianas e religiosas no mundo romano como um todo. Aliás, essas dimensões culturais representam a maior parte dos estudos sobre Antiguidade Tardia em detrimento dos aspectos políticos enfatizados pela historiografia tradicional. Sendo assim, podemos mencionar que apesar dos marcos políticos consolidados pelo modelo tradicional de história, apontando para um rompimento de eras quando o Império Romano ocidental “declinou”, o mundo romano continuou a vivenciar diversas práticas enquanto outras foram gradativamente se transformando ao longo do contato com os povos germânicos.

### **Antiguidade Tardia e o tempo no Ensino de História**

O conceito de Antiguidade Tardia é mais complexo do que as apresentações teóricas que fizemos até aqui e é aplicado de diversas perspectivas pelos historiadores que dele se utilizam. No entanto, trata-se também de uma forma alternativa de problematizar o tempo na sala de aula, para que o aluno não fique com a ideia de ruptura abrupta nas divisões do quadripartismo<sup>28</sup> da História Ocidental. Primeiro porque tal concepção tradicional, apesar do caráter didático que vigora há tanto tempo em nossos livros didáticos e nas aulas de história de modo geral, apresenta alguns problemas cruciais. Dentre eles podemos citar o eurocentrismo presente nessa divisão, pois se trata de uma história que parte da Europa como centro da história. A Antiguidade seria o período onde as raízes desse continente se construíram; a Idade Média as bases da centralização da Igreja e da religião, que predominou no mesmo; a Idade Moderna fora o berço do Renascimento de duas culturas – a grega e a romana, que representam suas raízes e a Idade Contemporânea a continuidade dessa história. Nenhum desses períodos históricos parte de uma visão que englobe América, África ou Ásia. Basta pensar que se seguirmos essa divisão não há História Antiga e Medieval no Brasil, que “nasce” e “aparece” na história com o também eurocêntrico “descobrimento”. A África e a Ásia então são praticamente anuladas nessa perspectiva de tempo.

O conceito de Antiguidade Tardia não soluciona problemas como esses, entretanto traz questionamentos ao tradicional e reflexões sobre suas inconsistências em relação a História. Segundo Bezerra essa perspectiva de tempo tradicional se pauta em duas características: *linearidade* e *sequencialidade*<sup>29</sup>. E o entendimento de tempo baseado nesses dois conceitos torna-se bastante complicado para a compreensão dos processos históricos, pois o primeiro leva o aluno a pensar a história por um viés de tempo linear, onde o foco

<sup>28</sup> BEZERRA, op. cit. 2007, p. 39.

<sup>29</sup> Idem, Ibidem, p. 39.



fica somente em um determinado elemento histórico, sem espaços para os regionalismos, para outros sujeitos, para os papéis de outros partícipes, pois a linearidade anula as fragmentações e desconsidera o discurso produzido por outros agentes históricos. Como afirma Bezerra: “Para além da descrição factual e linear, a História busca explicar tanto as uniformidades e as regularidades das formações sociais quanto as rupturas e diferenças que se constituem no embate das nações humanas”<sup>30</sup>. Já a ideia de sequencialidade está pautada na sequência dos fatos, na relação de causa e efeito, como se um fato fosse resultando em outro, sem considerar as rupturas, as permanências e a própria complexidade desses processos. O tempo então fica compreensível como sendo homogêneo e único na história, o que se sabe não é consistente, mas reducionista.

As diversas revisões historiográficas que vêm sendo feitas na atualidade apontam para inúmeros problemas que a história contada, escrita, produzida e reproduzida partindo do viés unilateral da Europa gerou e ainda gera, para o entendimento da história, que na cabeça dos alunos da Educação Básica só aumentam se não houver uma reflexão proposta pelo professor em relação ao tempo. Por exemplo, existe uma perspectiva denominada História Integrada, que busca amenizar os problemas com o tempo entendido pelo viés evolucionista europeu. Ou seja, as histórias dos continentes relegados ao papel de “coadjuvantes” na História Geral seriam integradas a essa visão total da história. Tal revisão ainda possui alguns problemas, pois continua considerando o centro a Europa. Contudo já se consegue visualizar uma história que tenha como ponto de partida esses respectivos espaços tidos por marginais até então.

A partir dessas críticas tornou-se recorrente entre os historiadores revisar a divisão canônica do tempo na história partindo de outras concepções destoantes da história política tradicional, que considera os fatos marcantes e os “grandes homens” como centro da história. No caso da Antiguidade Tardia podemos trabalhar com campos: intelectuais, sociais, econômicos e, sobretudo, culturais para a compreensão das bases do mundo ocidental considerando os regionalismos fora dos eixos administrativos do mundo romano e posteriormente medieval. Por exemplo, na concepção tradicional a ruptura entre a Idade Antiga e Medieval dá-se em 476 d. C. com a deposição do último imperador romano, Rômulo Augusto, por Odoacro, rei dos hérulos, como afirmamos anteriormente. Na concepção da Antiguidade Tardia, que considera outros aspectos que não seja somente os políticos esse processo de derrocada do Império Romano não cabe, pois a parte oriental

---

<sup>30</sup> BEZERRA, op. cit. p. 43.

centrada em Constantinopla somente cai com a conquista dos turcos otomanos no fim da chamada Idade Média<sup>31</sup>.

Outro exemplo são os casos de rupturas e permanências de um período dentro do outro. A concepção tradicional sugere uma cristianização do mundo a partir das ações do Imperador Constantino em 313 com o Edito de Milão, onde o pensamento clássico, baseado na cultura greco-romana foi substituído por uma cultura e mentalidade cristã, que se consolidou durante toda a Idade Média<sup>32</sup>. Tal afirmativa pode se apreendida pelos alunos de maneira a cristalizar a ideia errônea de que o mundo de uma hora para outra se converteu ao cristianismo e, mais ainda, de maneira totalmente natural, quando ocorreu. Essa perspectiva, no entanto, é baseada em uma historiografia eclesiástica a partir de Eusébio de Cesaréia, que influenciou os historiadores que o sucederam para consolidar uma visão, onde o imperador Constantino foi fundamental para a consolidação e substituição do dito paganismo pelo cristianismo.

Porém quando se revisita as fontes e busca-se a compreensão dos discursos que estão presentes nas mesmas, cruzando ainda com outras fontes de cunho material como construções, esculturas, moedas e os vestígios arqueológicos em geral, a compreensão é bem mais complexa que a visão tradicional. Os problemas advindos de uma historiografia pautada na ideia de Antiguidade Tardia apontam para as resistências no processo de cristianização no mundo romano, onde existiam cidades que permaneceram leais a tradição clássica Greco-romana, além de algumas elites<sup>33</sup> no próprio seio de Roma que juntamente com uma gama de grupos camponeses não se converteram ao cristianismo. Daí a oposição que se tornou clássica entre cristãos, que após as ações favoráveis de Constantino passaram a viver na *civitas* e os camponeses que viviam no *pagus*, ou seja, campo, de onde deriva a palavra *paganus*<sup>34</sup>.

### Considerações Finais

Nossa intenção com este artigo não é mudar a forma com a história vem sendo compreendida através das divisões tradicionais desde a Idade Antiga até a Idade Contemporânea, mas oferecer uma alternativa interessante para a compreensão da categoria tempo dissonante do tempo cíclico, linear e sequencial. Mudar a divisão básica do tempo na história seria um passo desnecessário, pois, a nosso ver, tal divisão pode e deve ser

<sup>31</sup> FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Roma. In: FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **Grécia e Roma**. 5ª edição, São Paulo: Contexto, 2011, p. 133.

<sup>32</sup> VEYNE, Paul. Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394). Rio de Janeiro, 2011.

<sup>33</sup> A Conversão da Aristocracia de Roma: uma Proposta de Análise. In: III Semana de Estudos Medievais, 1995, *Anais*, Rio de Janeiro, 1995. p. 51-57.

<sup>34</sup> FRANCO JÚNIOR, Op. Cit. p. 70.

problematizada pelo professor em sala, como tendo historicidade e possibilitando reflexões sobre noções de tempos distintas da usual cronologia.

A categoria tempo, por ser complexa, deve ser adequada (como qualquer conceito) a faixa etária e ao nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos, porém não pode ser deixada de lado, visando uma aprendizagem posterior da mesma. Tal atraso na aprendizagem de uma categoria tão cara para a construção do conhecimento histórico acaba por contribuir com visões estanques de tempo, de verdades absolutas e de uma história como mero estudo do passado, perpetuando uma história tradicional.